



MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO
PORTE

Secretaria-Executiva
Coordenação de Acompanhamento de Projetos

PORTARIA MEMP/SE/COAPJ Nº 373, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2025

DESIGNA OS FISCAIS, TITULAR E SUPLENTE, PARA ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA – TED Nº 3/2025, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE, E A UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA, ARTESANATO E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, no uso da competência delegada pelo art. 16 da Portaria MEMP nº 160, de 8 de agosto de 2024, e considerando o disposto no art. 17 do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, e no Processo nº 14022.044630/2024-28,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo indicados para atuarem como fiscais, titular e suplente, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto pactuado por meio do Termo de Execução Descentralizada – TED nº 3/2025, celebrado pela União, por intermédio do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e a Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE:

- I - titular: Gabriel Pontes Bueno Guerra – Matrícula SIAPE nº 3505270; e
- II - suplente: Rafael Sanches Pimentel – Matrícula SIAPE nº 3390657.

Art. 2º São competências dos fiscais, entre outras previstas na legislação e no Termo de Execução Descentralizada:

I - manter cópias do instrumento contratual e de seus aditivos, se for o caso, juntamente com outros documentos que possam dirimir dúvidas acerca das obrigações pactuadas, devidamente anexados ao processo;

II - controlar a vigência do Termo de Execução Descentralizada;

III - exigir o fiel e total cumprimento das obrigações previstas no Termo de Execução Descentralizada, bem como das demais disposições do Decreto nº

10.426, de 16 de julho de 2020, que disciplina a matéria;

IV - anotar no respectivo processo todas as ocorrências, de qualquer natureza, verificadas durante a execução, determinando o que for necessário para regularizá-las;

V - acompanhar e controlar a prestação dos serviços recusando o que estiver em desconformidade com o pactuado;

VI - notificar por escrito à Unidade Descentralizada a ocorrência de eventuais imperfeições na execução do objeto do Termo de Execução Descentralizada;

VII - propor o encaminhamento de pedido de rescisão do Termo de Execução Descentralizada, sempre que ocorrerem situações previstas na legislação que ensejem a adoção dessas medidas;

VIII - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Unidade Descentralizada;

IX - obter da Administração, tempestivamente, todas as providências a seu cargo necessárias ao bom andamento da execução do plano de trabalho; e

X - exercer as demais atividades necessárias ao fiel cumprimento do objeto, tanto por parte do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte quanto da Unidade Descentralizada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço.

Documento assinado eletronicamente

MILTON COELHO

Secretário Nacional de Inclusão Socioprodutiva, Artesanato e Microempreendedor Individual



Documento assinado eletronicamente por **Milton Coelho da Silva Neto**, **Secretário(a)**, em 04/12/2025, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **56101097** e o código CRC **52DDD0C1**.

Referência: Processo nº 14022.044630/2024-28.

SEI nº 56101097